

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 76/XIV/1ª

### REFORÇO DA OFERTA PÚBLICA NA ÁREA DA HEMODIÁLISE

A realidade dos serviços de Hemodiálise em Portugal deve merecer preocupação por parte do Governo. A maior parte da oferta é privada e, para além disso, tem existido uma concentração de capital em algumas multinacionais que operam na área, favorecendo a criação de monopólios o que pode, por sua vez, fazer aumentar a pressão sobre o Estado para a criação e fixação de preços cada vez mais elevados. Esta situação não vai ao encontro do interesse público, seja porque não permite a criação de respostas públicas, seja porque deixa o Estado refém de pressões de grupos económicos multinacionais.

Já em 2007, e segundo um estudo da Universidade Católica denominado de “Estrutura de Mercado e Performance nos Serviços de Hemodiálise em Portugal” apresentado pela Entidade Reguladora da Saúde, se apontava que dos 100 estabelecimentos registados junto da ERS 76 eram detidos por entidades ou grupos privados.

Nos últimos anos tem crescido a tendência para a concentração destes serviços nas mãos de algumas poucas entidades multinacionais como é o caso da Nephrocare, Diaverum, DaVita, entre outras, que representarão cerca de 90% dos tratamentos convencionados em ambulatório.

A crescente privatização e concentração da hemodiálise traz imensos problemas ao país: primeiro ao Estado que fica refém de alguns poucos privados; segundo, ao erário público que sofre com um setor monopolizado onde as entidades privadas podem exigir e fixar os preços que bem lhes apetecer; terceiro, ao utente, que não encontra no serviço público as respostas de que precisa e, para além disso, fica exposto a condições e práticas onde falta a segurança.

A privatização deste tipo de respostas que deveriam ser públicas agravou-se nos últimos anos, em especial durante o Governo PSD/CDS, altura em que o objetivo ideológico de atacar o SNS se tornou óbvio. De referir que em 2017 existiam quase 12000 utentes a fazer hemodiálise em ambulatório e os custos destes tratamentos com convencionados ultrapassaram os 270 milhões de euros. Em 2018, e segundo o Relatório Anual de Acesso ao SNS, este valor subiu para 289M€.

Para além do fator económico, crescem ainda questões que dizem respeito à segurança dos próprios utentes. É de relembrar o inquérito aberto pela ERS (e registado sob o número ERS/064/2015) contra a Diaverum por infeção de vários doentes com hepatite C durante a realização de tratamentos de hemodiálise, episódios que aconteceram entre 19 de outubro de 2015 e 29 de outubro de 2015. De lembrar ainda, as recomendações feitas pela ERS, nomeadamente a necessidade de reforçar a formação de pessoal em relação às medidas de controlo de infeção, reformular a distribuição de postos de diálise nas várias salas da clínica de maneira a que as dimensões das mesmas fossem aumentadas, procedimentos de limpeza e higienização, o reforço de medidas para o controlo do risco de infeção e criação de uma sala exclusiva para doentes HCV+, com monitores dedicados e staff dedicado.

Deve ser, por isso, uma prioridade do Estado aumentar a capacidade de resposta pública nesta área e limitar a concentração das unidades de hemodiálise nas mãos das multinacionais, de forma a não ficar refém de um monopólio que prejudicará gravemente o interesse público.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Proceda, através do Serviço Nacional de Saúde, ao reforço da oferta pública dos serviços de proximidade na área da Hemodiálise de forma a garantir cobertura pública em todo o país;
2. Tome medidas para limitar a concentração de capital na área da hemodiálise e impedir a criação de monopólios.

Assembleia da República, 19 de novembro de 2019.  
As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,